

BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Referente aos exercícios findos em
31 de Dezembro de 2019 e 2018 e
Relatório dos Auditores Independentes



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	3
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018	5
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018	9
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018	10
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018	12



Aos Administradores e Acionistas
Banco BNP Paribas Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco BNP Paribas Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na Nota 2 - “Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas”.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco BNP Paribas Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas Notas 2 - “Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas” e 3 - «Resumo das principais políticas contábeis” às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2 - “Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas”, que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 25 de março de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas Notas 2 - “Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas” e 3 - “Resumo das principais políticas contábeis” às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2020.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3



BALANÇO PATRIMONIAL - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais mil)

ATIVO	NOTAS	31.12.2019	31.12.2018
Circulante		29.737.623	31.792.263
Disponibilidades		105.150	2.293.738
Aplicações interfinanceiras de liquidez		2.220.828	3.470.624
Aplicações no mercado aberto		1.994.722	2.662.356
Aplicações em depósitos interfinanceiros		114.285	147.296
Aplicações em moedas estrangeiras		111.821	660.972
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	3.786.758	3.818.310
Carteira própria		1.190.415	1.117.529
Vinculados a compromissos de recompra		814.782	1.018.123
Vinculados à prestação de garantias		454.646	479.167
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação		342.768	759.282
Instrumentos financeiros derivativos		984.147	444.209
Relações interfinanceiras		8.561	7.746
Pagamentos e recebimentos a liquidar		3	2
Créditos vinculados - depósitos no BACEN		8.474	7.491
Correspondentes		84	253
Operações de crédito	(6)	6.321.688	4.949.924
Setor privado		5.218.726	5.269.457
Setor público		1.427.991	-
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(6.2)	(325.029)	(319.533)
Outros créditos		17.238.737	17.192.187
Carteira de câmbio	(7.1)	13.370.672	13.584.272
Rendas a receber		51.468	27.850
Valores a receber relativos a transações de pagamento		2.084.089	1.864.150
Títulos e créditos a receber		1.115.295	1.080.920
Negociação e intermediação de valores		52.263	32.427
Diversos	(7.2)	679.823	715.344
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(6.2)	(114.873)	(112.776)
Outros valores e bens		55.901	59.734
Despesas antecipadas		55.901	59.734
Não Circulante		11.643.675	11.932.417
Aplicações interfinanceiras de liquidez		173.493	-
Aplicações em moedas estrangeiras		173.493	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	3.362.561	1.975.541
Carteira própria		1.200.510	673.489
Vinculados a compromissos de recompra		72.510	72.536
Vinculados à prestação de garantias		584.607	563.235
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação		1.158.969	504.707
Instrumentos financeiros derivativos		345.965	161.574



BALANÇO PATRIMONIAL - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais mil) (Continuação)

ATIVO	NOTAS	31.12.2019	31.12.2018
Operações de crédito	(6)	5.350.926	6.751.426
Setor privado		5.539.001	5.637.226
Setor público		-	1.277.143
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(6.2)	(188.075)	(162.943)
Outros créditos		2.634.935	3.102.208
Carteira de câmbio	(7.1)	1.097.012	1.726.360
Rendas a receber		2.039	-
Valores a receber relativos a transações de pagamento		91.914	90.353
Negociação e intermediação de valores		-	13.935
Títulos e créditos a receber		7.196	9.341
Diversos	(7.2)	1.437.625	1.263.004
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(6.2)	(851)	(785)
Outros valores e bens		121.760	103.242
Despesas antecipadas		121.760	103.242
Permanente		173.495	173.506
Investimentos		19.813	19.390
Participação em controlada no país	(9.1)	19.280	18.817
Outros investimentos		533	573
Imobilizado de uso		58.736	61.097
Outras imobilizações de uso		115.020	103.866
Depreciações acumuladas		(56.284)	(42.769)
Intangível	(8)	94.946	93.019
Ativos intangíveis		166.896	148.907
Amortização acumulada		(71.950)	(55.888)
TOTAL DO ATIVO		41.554.793	43.898.186

As notas explicativas anexas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas.



BALANÇO PATRIMONIAL - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais mil)

PASSIVO	NOTAS	31.12.2019	31.12.2018
Circulante		28.152.614	27.967.031
Depósitos	(10)	3.532.898	3.933.930
Depósitos à vista		433.807	543.866
Depósitos interfinanceiros		19.342	54.239
Depósitos a prazo		2.869.286	3.152.703
Depósitos em moeda estrangeira		210.463	183.122
Captações no mercado aberto		827.557	1.205.641
Carteira própria		802.557	914.890
Carteira de terceiros		25.000	290.654
Carteira de livre movimentação		-	97
Recursos de aceites e emissão de títulos		3.126.586	2.336.855
Obrigações por emissão de letras financeiras		2.058.917	1.510.325
Obrigações por emissão de crédito de agronegócio		424.022	384.936
Certificados de operações estruturadas		643.647	441.594
Relações interfinanceiras		378.748	371.935
Recebimentos e pagamentos a liquidar		378.748	371.935
Relações interdependências		51.760	803
Recursos em trânsito de terceiros		51.760	803
Obrigações por empréstimos e repasses	(11)	5.922.585	6.162.188
Empréstimos no exterior		3.838.323	5.115.309
Repasses do país		110.430	63.714
Repasses do exterior		1.973.832	983.165
Instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	1.315.743	625.068
Instrumentos financeiros derivativos		1.315.743	625.068
Outras obrigações		12.996.737	13.330.611
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		2.214	2.406
Carteira de câmbio	(7.1)	11.237.611	11.771.618
Sociais e estatutárias		23.246	134.131
Fiscais e previdenciárias	(12.1)	308.984	237.561
Negociação e intermediação de valores		102.603	50.306
Dívida subordinada	(12.2)	62.574	35.701
Obrigações por transações de pagamento		795.572	665.234
Diversas	(12.3)	455.577	428.262
Resultado de exercícios futuros		8.356	5.392
Não Circulante		9.023.996	12.436.887
Depósitos	(10)	1.305.228	1.577.065
Depósitos a prazo		1.305.228	1.577.065
Recursos de aceites e emissão de títulos		2.289.813	3.887.820
Obrigações por emissão de letras financeiras		867.099	2.308.996
Certificados de operações estruturadas		1.422.714	1.578.824

Página 7



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

BALANÇO PATRIMONIAL - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais mil) (Continuação)

PASSIVO	NOTAS	31.12.2019	31.12.2018
Relações interdependências		42.082	54.874
Recursos em trânsito de terceiros		42.082	54.874
Obrigações por empréstimos e repasses	(11)	1.148.913	2.155.624
Empréstimos no exterior		726.719	-
Repasses do país		24.927	48.001
Repasses do exterior		397.267	2.107.623
Instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	1.157.691	1.167.694
Instrumentos financeiros derivativos		1.157.691	1.167.694
Outras obrigações		3.080.269	3.593.810
Carteira de câmbio	(7.1)	1.104.657	1.725.677
Fiscais e previdenciárias	(12.1)	5.407	4.461
Dívida subordinada	(12.2)	1.041.198	995.553
Diversas	(12.3)	913.850	857.395
Resultado de exercícios futuros		15.157	10.724
Patrimônio líquido	(13)	4.378.183	3.494.268
Capital social:		1.754.606	1.238.066
De domiciliados no país		15	4
De domiciliados no exterior		1.754.591	1.238.062
Reservas de lucros		1.046.720	884.385
Ajuste de avaliação patrimonial		30.285	3.562
Participação de não controladores		1.546.572	1.368.255
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		41.554.793	43.898.186

As notas explicativas anexas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Em reais mil exceto lucro por ação)

	<u>NOTAS</u>	<u>01.07 a 31.12.2019</u>	<u>01.01 a 31.12.2019</u>	<u>01.01 a 31.12.2018</u>
Receitas da intermediação financeira		2.012.706	3.509.532	4.790.406
Operações de crédito		1.254.105	2.433.453	2.854.522
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		349.921	850.205	872.159
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		403.429	94.619	949.500
Resultado de operações de câmbio		(26.058)	53.744	-
Operações de venda ou de transfêrencias de ativos financeiros		31.309	77.511	114.225
Despesas da intermediação financeira		(1.320.221)	(1.956.101)	(3.013.711)
Operações de captação no mercado		(411.078)	(822.825)	(1.057.166)
Operações de empréstimos e repasses		(614.897)	(531.531)	(1.270.116)
Resultado de operações de câmbio		-	-	(113.550)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.2)	(294.246)	(601.745)	(572.879)
Resultado bruto da intermediação financeira		692.485	1.553.431	1.776.695
Outras receitas (despesas) operacionais		(499.103)	(963.916)	(1.199.322)
Receitas de prestação de serviços		225.779	388.629	418.858
Rendas com tarifas bancárias		63.249	124.578	113.630
Despesas de pessoal		(181.756)	(364.230)	(352.277)
Resultado de participação em controlada	(9)	3.003	7.281	7.106
Outras despesas administrativas	(14)	(374.309)	(723.425)	(981.592)
Despesas tributárias	(15)	(68.373)	(146.520)	(148.432)
Outras receitas operacionais	(16.1)	84.542	178.185	174.527
Outras despesas operacionais	(16.2)	(251.238)	(428.414)	(431.142)
Resultado operacional		193.382	589.515	577.373
Resultado não operacional		(1.850)	(2.104)	(1.918)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		191.532	587.411	575.455
Imposto de renda e contribuição social	(17)	7.108	(132.458)	(109.816)
Provisão para imposto de renda		(18.745)	(53.990)	(13.020)
Provisão para contribuição social		(11.189)	(32.266)	(7.648)
Ativo fiscal diferido		37.042	(46.202)	(89.148)
Participações no lucro		(60.961)	(104.616)	(107.077)
Lucro líquido do semestre/exercícios		137.679	350.337	358.562
Juros sobre capital próprio		-	-	(140.000)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Em reais mil)

	Capital social	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Participação de não controladores	Total do Patrimônio líquido
		Legal	Estatutária				
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	1.238.066	149.976	706.815	37.276	-	1.291.104	3.423.237
Ajuste ao valor de mercado - TVM's:							
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	(29.012)	-	(4.084)	(33.096)
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(4.702)	-	-	(4.702)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	277.327	81.235	358.562
Destinações:							
Reserva legal	-	13.867	-	-	(13.867)	-	-
Reserva estatutária	-	-	123.460	-	(123.460)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(140.000)	-	(140.000)
Distribuição de dividendos	-	-	(109.733)	-	-	-	(109.733)
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	1.238.066	163.843	720.542	3.562	-	1.368.255	3.494.268
Aumento de capital	516.540	-	-	-	-	-	516.540
Ajuste ao valor de mercado - TVM's:							
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	25.145	-	(1.141)	24.004
"Hedge" de fluxo de caixa	-	-	-	1.578	-	-	1.578
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	170.879	179.458	350.337
Destinações:							
Reserva legal	-	8.544	-	-	(8.544)	-	-
Reserva estatutária	-	-	153.791	-	(153.791)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(8.544)	-	(8.544)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.754.606	172.387	874.333	30.285	-	1.546.572	4.378.183
Saldos em 30 de junho de 2019	1.754.606	169.783	720.542	28.191	112.861	1.460.850	4.246.833
Ajuste ao valor de mercado - TVM's:							
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	37	-	121	158
"Hedge" de fluxo de caixa	-	-	-	2.057	-	-	2.057
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	52.078	85.601	137.679
Destinações:							
Reserva legal	-	2.604	-	-	(2.604)	-	-
Reserva estatutária	-	-	153.791	-	(153.791)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(8.544)	-	(8.544)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.754.606	172.387	874.333	30.285	-	1.546.572	4.378.183

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Página 10

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

	01.07 a 31.12.2019	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 31.12.2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido ajustado	568.445	1.191.155	823.687
Lucro líquido	137.679	350.337	358.562
Depreciações e amortizações	16.051	30.241	25.584
Resultado de participação em controlada	(3.003)	(7.281)	(7.106)
Ajuste ao valor justo de TVM e derivativos para negociação	21.764	(67.823)	(366.188)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	294.246	601.745	572.879
Provisão para garantia e fianças prestadas	29.450	34.830	3.871
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e atualização monetária de depósitos judiciais	14.984	35.315	46.925
Tributos diferidos	(37.042)	46.202	89.148
Provisão para imposto de renda e contribuição social	21.085	58.336	13.049
Participações nos lucros e bônus	57.287	94.502	94.186
Provisão - outras	17.450	24.209	26.128
Provisão para perdas operacionais	26.439	36.552	57.898
Receita de prestação de serviços não recebidas	(24.474)	(27.417)	(80.961)
Amortização de despesas com parceiros comerciais	3.259	6.281	5.246
Variação monetária	(4.584)	(9.342)	(15.073)
Lucro (Prejuízo) na alienação de investimento e imobilizado de uso	23	161	(495)
Diversos	(2.169)	(15.693)	34
Variação de ativos e obrigações	(2.470.559)	(4.948.174)	1.148.376
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(320.634)	(51.461)	(618.242)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e derivativos	(349.019)	(581.391)	(377.620)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras	43.203	5.998	167.469
(Aumento) Redução em relações interdependências	(63.228)	38.165	13.627
(Aumento) Redução em operações de crédito	(687.216)	(515.537)	(1.149.683)
(Aumento) Redução em outros créditos	(565.393)	375.801	(3.328.193)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(17.001)	(14.685)	17.274
Aumento (Redução) em depósitos	992.907	(672.869)	(616.920)
Aumento (Redução) em captações no mercado aberto	(646.332)	(378.084)	(395.896)
Aumento (Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	(524.256)	(808.276)	2.112.544
Aumento (Redução) em sociais e estatutária - PLR	(191.731)	(205.387)	(32.685)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(454.921)	(1.246.314)	2.792.317
Aumento (Redução) em outras obrigações	306.064	(901.531)	2.564.605
Aumento (Redução) em resultados de exercícios futuros	6.998	7.397	(221)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.902.114)	(3.757.019)	1.972.063
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(Aquisição) Alienação de investimentos	(7.124)	(248)	4.452
(Aquisição) Alienação de imobilizado de uso	(2.347)	(11.154)	(32.448)
(Aquisição) Alienação de intangível	(8.079)	(17.989)	(31.707)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(17.550)	(29.391)	(59.703)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Dividendos pagos e Juros sobre capital próprio	-	(119.000)	(228.733)
Aumento de capital	-	516.540	-
Aumento (Redução) de obrigações em dívida subordinada	77.676	72.518	138.369
CAIXA GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	77.676	470.058	(90.364)
Variação de caixa e equivalente de caixa	(1.841.988)	(3.316.352)	1.821.996
No início do período	4.053.681	5.528.045	3.706.049
No fim do período	2.211.693	2.211.693	5.528.045
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(1.841.988)	(3.316.352)	1.821.996

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil S.A. ("Conglomerado") engloba além do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), do Banco Cetelem, o BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior e o BGN Mercantil e Serviços Ltda. O Banco BNP Paribas Brasil S.A. é a empresa líder do Conglomerado e opera como banco múltiplo, autorizado a desenvolver suas operações por meio das carteiras comercial, de arrendamento mercantil, de câmbio e de investimento.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

a) Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 4.280 do CMN que, a partir de 30 de junho de 2014, requer a elaboração de Demonstrações Financeiras Consolidadas, de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN e pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 normatizadas pelo BACEN e pela Circular do BACEN nº 3.701, de 13 de março de 2014 e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

As políticas contábeis das empresas que compõem o Conglomerado Prudencial estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Banco.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial apresentam os saldos das contas e transações do Banco e das seguintes instituições financeiras, fundo de investimento e empresa de serviços:

<u>Instituições</u>	<u>Atividade</u>	<u>País</u>
Banco Cetelem S.A.	Bancária	Brasil
BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior	Fundo de Investimento	Brasil
BGN Mercantil e Serviços Ltda	Atividades Auxiliares de Serviços Financeiros	Brasil

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas sendo efetuada a correspondente eliminação dos saldos ativos, passivos, receitas e despesas decorrentes de transações entre as empresas.

Banco Cetelem S.A.

O Banco Cetelem S.A. é um banco múltiplo, autorizado pelo Banco Central do Brasil a operar as carteiras comerciais, de câmbio e de crédito, financiamento e investimento.

BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior

Trata-se de um fundo exclusivo do Banco BNP Paribas Brasil S.A.. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração. Tem por objetivo atuar no sentido de proporcionar ao seu cotista valorizações de suas cotas mediante aplicações de recursos em carteira diversificada de ativos financeiros, inclusive aqueles emitidos e/ou negociados, direta ou indiretamente, no exterior.

BGN Mercantil e Serviços Ltda.

O BGN Mercantil e Serviços Ltda tem por objeto social a aquisição de direito de crédito decorrente de vendas mercantis e de outros negócios jurídicos.

b) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas exige que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: i) provisão para créditos de liquidação duvidosa; ii) ativos fiscais diferidos; iii) provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis; iv) valorização de instrumentos financeiros; e v) outras provisões. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, entretanto, somente alguns foram homologados pelo BACEN. Assim, o Conglomerado, na elaboração dessas demonstrações financeiras, adotou os pronunciamentos contábeis já homologados pelo BACEN.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08.11.2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (nota 5) são apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimentos.



c) **Reclassificação de saldo de Depósito à Vista**

Por determinação do Banco Central, através da Carta Circular nº 3.828 de 19 de junho de 2017 do Banco Central, houve reclassificação do saldo relativo a transações de pagamento do grupo de "Depósito à vista" (nota 10) para o grupo de "Outras obrigações - diversas" (nota 12.3).

Tal reclassificação foi realizada de forma retrospectiva no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2018, para melhor comparabilidade, e não geraram nenhum efeito relevante, qualitativa ou quantitativamente, nas demonstrações de resultados, dos fluxos de caixa das atividades operacionais e das mutações do patrimônio líquido.

Balanço Patrimonial	Saldo apresentado	Reclassificação	Saldo reclassificado
	31.12.2018		31.12.2018
Depósitos à vista	21.879	(20.997)	882
Outras obrigações - diversas (circulante)	865.737	20.997	886.734

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) **Apuração do Resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b) **Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, incluem recursos em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com conversibilidade imediata ou com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) **Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, líquidas dos custos de transação incorridos, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) **Títulos e Valores Mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- **Títulos para Negociação** - Títulos e Valores Mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Os títulos classificados como para negociação são apresentados no curto prazo, independente de seu vencimento, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- **Títulos Disponíveis para Venda** - Títulos e Valores Mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido - Ajuste de Avaliação Patrimonial - líquido dos efeitos tributários, sendo transferido para o resultado do período quando da efetiva realização, através da venda definitiva dos respectivos valores mobiliários. Os declínios no valor de mercado dos títulos disponíveis para venda dos seus custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.
- **Títulos Mantidos até o Vencimento** - Títulos e Valores Mobiliários para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento.

e) **Instrumentos Financeiros Derivativos (ativos e passivos)**

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo, e são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção "hedge" ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30.01.2002, do BACEN.

As operações que utilizam instrumentos financeiros que não atendam aos critérios de proteção são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco são classificados como "hedge" de acordo com sua natureza:

- **"Hedge" de Risco de Mercado** - são destinados a mitigar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de "hedge". Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- **"Hedge" de Fluxo de Caixa** - são destinados a mitigar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A parcela efetiva de "hedge" dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do "hedge" é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O impacto da marcação ao valor justo dos ativos objeto está demonstrado na nota 5.2.4.



f) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas “pro rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros contratuais.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações de aquisição/cessão de crédito são registradas com base na Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, de acordo com o que determina se a compra ou a venda da carteira foi com retenção ou sem retenção substancial dos riscos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada adequada pela Administração, é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas nas classificações de risco e função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade, e não apenas quando da ocorrência de inadimplência.

As operações de empréstimo consignado, com prazo superior a 36 meses é utilizado a prerrogativa de contagem de prazo em dobro prevista na Resolução CMN nº 2.682/99 para determinação do nível de risco.

As modalidades, valores, prazos, níveis de risco, concentração, setor da atividade econômica, renegociação, bem como a composição das contas patrimoniais da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão apresentados na nota 6.

g) Outros Valores e Bens

Despesas antecipadas referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ocorrerão em períodos futuros, sendo representadas principalmente por despesas com comissão na intermediação de operações de crédito consignado, amortizadas em função do prazo das operações correspondentes e despesas com parceiros comerciais.

Para efeito das comissões pagas a título de originação de novas operações de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2014, as despesas antecipadas continuam sendo amortizadas em função dos prazos das operações correspondentes. Em caso de liquidação antecipada, o saldo remanescente na data é reconhecido diretamente no resultado do período. Em casos de renegociação, a parcela de despesa antecipada ainda não amortizadas na data da renegociação, continua sendo amortizada conforme o prazo da operação original.

As novas comissões pagas a título de originação de operações de crédito efetuadas após 02 de janeiro de 2015 foram diferidas a razão de dois terços (2/3) e a partir de 02 de janeiro de 2016 são diferidas a razão de um terço (1/3) e apropriadas ao resultado de forma linear no prazo de 36 meses, ou o prazo do contrato, dos dois o menor sendo a parcela restante contabilizada diretamente no resultado como despesa do período. O saldo residual dessas comissões foi integralmente lançado ao resultado em dezembro/2019.

A partir de 02 de janeiro de 2017 as comissões pagas a títulos de originação de operações de crédito serão apropriadas integralmente ao resultado.

Os saldos registrados no grupo de despesas antecipadas no ativo são imediatamente reconhecidos no resultado quando da liquidação ou da baixa da operação por qualquer motivo.

As demais despesas antecipadas, que não sejam decorrentes da originação de contratos, referem-se à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, são amortizadas em função do prazo das operações.

h) Investimentos

O investimento em controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, e os outros investimentos são avaliadas pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

i) Imobilizado de Uso

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas anuais são 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens.

j) Ativo Intangível

O ativo intangível é composto por:

- Rentabilidade futura decorrentes da exploração do negócio de cartões de crédito, cujos ativos incorporados são identificáveis. É submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.
- Outros ativos intangíveis, registrados ao custo de aquisição ou formação, deduzidos das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear. A amortização é calculada pelo prazo de cinco anos ou pelo prazo de contrato de locação, no caso de benfeitorias em imóveis de terceiros.



k) Redução ao Valor Recuperável

A redução do valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros - "impairment" - é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Perdas com obsolescência ou quebra dos itens de ativo fixo são reconhecidas quando identificadas, independentemente da análise de "impairment" efetuada.

Os valores dos ativos financeiros e não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

l) Depósitos, Captações no mercado aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

m) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823 de 16.12.2009 (que aprovou o pronunciamento técnico CPC nº 25) e Carta Circular BACEN nº 3.429 de 11.02.2010, da seguinte forma:

- **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível.
- **Contingências Passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Os valores das contingências são quantificadas utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.
- **Obrigações Legais Fiscais e Previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. Detalhamento dos Passivos Contingentes estão apresentados na nota 12.3.1.

n) Provisão para Impostos e Contribuições

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros que excederem a R\$240 no exercício e a contribuição social à alíquota de 15%, aplicada a partir de janeiro de 2019, em vista ao disposto no artigo 1º da Lei nº 13.169/2015.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as adições temporárias, prejuízos fiscais e base negativa. Os tributos passivos diferidos são calculados sobre as exclusões temporárias, e de acordo com a regulamentação em vigor expedida pelo Banco Central do Brasil, os ativos e passivos tributários diferidos foram constituídos considerando a alíquota de contribuição social de 20%, em vista a majoração prevista no artigo 32º da Emenda Constitucional 103/2019.

A provisão para contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) foi constituída pelo regime cumulativo, às alíquotas de 0,65% e 4% respectivamente. A provisão para o Imposto Sobre Serviços (ISS) foi constituída às alíquotas de 2% e 5% aplicadas sobre as receitas de prestação de serviços.

o) Garantias Prestadas a Terceiros

As garantias prestadas a terceiros, compreendendo avais, fianças e outros estão registradas em contas de compensação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Disponibilidade	105.150	2.293.738
Aplicações no mercado aberto	1.994.722	2.662.356
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	60.434
Aplicações em moedas estrangeiras	111.821	511.517
Total	2.211.693	5.528.045



5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel e prazo de vencimento dos Títulos e Valores Mobiliários e de Instrumentos Financeiros Derivativos, já ajustados aos respectivos valores de mercado:

5.1 Resumo da classificação dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos por categoria e vencimento

	31.12.2019								31.12.2018
	Ajuste a mercado				Por Vencimento				Valor de mercado
	Valor de custo/ contrato	Resultado	Patrimônio líquido	Valor de mercado	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	
Títulos para negociação									
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	199	-	-	199	-	-	-	199	188
Letras do Tesouro Nacional - LTN	774.423	(54)	-	774.369	68	297.801	300.331	176.169	235.676
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.244.773	18.159	-	1.262.932	-	-	3.665	1.259.267	918.040
Cotas de Fundo de Direitos Creditórios (**)	121.275	(2.425)	-	118.850	-	-	6.509	112.341	-
	2.140.670	15.680	-	2.156.350	68	297.801	310.505	1.547.976	1.153.904
Títulos disponíveis para venda									
Letras do Tesouro Nacional - LTN (*)	1.859.193	25.425	42.159	1.926.777	99.983	98.938	342.752	1.385.104	1.987.552
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.053.645	-	26.879	1.080.524	-	-	-	1.080.524	295.221
Letras Financeiras - LF	-	-	-	-	-	-	-	-	278.010
Debêntures	538.671	-	(4.503)	534.168	-	-	100.045	434.123	507.583
Nota Soberana	-	-	-	-	-	-	-	-	814.979
Ações em Cia Fechada	2.128	-	(533)	1.595	-	-	-	1.595	1.595
Cotas FILCB	34.180	-	-	34.180	-	-	-	34.180	32.248
	3.487.817	25.425	64.002	3.577.244	99.983	98.938	442.797	2.935.526	3.917.188
Títulos até o vencimento									
CDB	85.613	-	-	85.613	-	4.464	79	81.070	116.976
	85.613	-	-	85.613	-	4.464	79	81.070	116.976
Subtotal do ativo	5.714.100	41.105	64.002	5.819.207	100.051	401.203	753.381	4.564.572	5.188.068
Instrumentos financeiros derivativos - Ativo									
Operações de opções	81.140	(41.146)	-	39.994	5	12.448	22.496	5.045	76.464
Operações a termo	823.145	13.246	-	836.391	692.264	79.443	51.050	13.634	307.619
Operações de "swap"	170.995	282.732	-	453.727	999	64.327	61.115	327.286	221.700
	1.075.280	254.832	-	1.330.112	693.268	156.218	134.661	345.965	605.783
TOTAL DO ATIVO	6.789.380	295.937	64.002	7.149.319	793.319	557.421	888.042	4.910.537	5.793.851
Instrumentos financeiros derivativos - Passivo									
Operações de opções	760.461	(345.963)	-	414.498	6	15.313	61.751	337.428	232.173
Operações a termo	869.714	81.280	-	950.994	675.968	123.540	50.496	100.990	277.567
Operações de "swap"	950.023	157.919	-	1.107.942	22.253	252.595	113.821	719.273	1.283.022
TOTAL DO PASSIVO	2.580.198	(106.764)	-	2.473.434	698.227	391.448	226.068	1.157.691	1.792.762

(*) Os ajustes a mercado no resultado dos instrumentos classificados como disponíveis para venda foram objetos de "Hedge" de "Risco de Mercado" vide nota 5.2.4.

(**) Se refere a cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), com prazo de duração determinado e sua carteira é composta basicamente de direitos creditórios.

Os Títulos e Valores Mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo é calculado com base em cotações de preços divulgados pelo mercado, por modelos de precificação, pelo fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa por parte da Administração.

5.2 Instrumentos Financeiros Derivativos

O Conglomerado tem como política administrar os riscos resultantes de operações com derivativos, evitando assumir posições expostas a flutuações de fatores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam o controle de riscos.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de "swap", termos, opções e futuros, registradas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).



A contabilização é realizada conforme como segue:

- **Operações de "swap"** - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço. O valor justo dos "swaps" é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.
- **Operações a termo** - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência do prazo dos contratos até a data do balanço. O valor justo dos contratos a termo é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.
- **Operações com opções** - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou no resultado, no caso de não exercício. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como "Black & Sholes", usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente.
- **Operações de futuros** - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo, sendo apropriado mensalmente como receita ou despesa. O valor justo dos futuros é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pela B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).

5.2.1 Composição do valor nominal dos derivativos por contraparte

Valor nominal por contraparte	B3 (BRASIL, BOLSA, BALCÃO)						Valor nominal	Valor nominal
	SISTEMA C E T I P				SISTEMA BM&FBOVESPA		31.12.2019	31.12.2018
	Pessoa física	Pessoa jurídica	Instituições financeiras	Investidores institucionais	Câmaras de liquidação			
Operações com opções	24.214	3.628.167	646.320	5.366	-	4.304.067	27.479.624	
Comprada	-	1.872.817	-	-	-	1.872.817	13.330.880	
Vendida	24.214	1.755.350	646.320	5.366	-	2.431.250	14.148.744	
Operações com "swap"	-	3.225.856	5.141.506	9.815.989	4.170.709	22.354.060	16.033.124	
"Swap"	-	3.225.856	5.141.506	9.815.989	4.170.709	22.354.060	16.033.124	
Operações com futuros	-	-	-	-	44.407.698	44.407.698	41.235.263	
Comprada	-	-	-	-	21.612.668	21.612.668	21.543.448	
Vendida	-	-	-	-	22.795.030	22.795.030	19.691.815	
Operações a termo	-	17.070.433	604.321	-	-	17.674.754	13.830.465	
Comprada	-	9.574.249	135.910	-	-	9.710.159	7.722.990	
Vendida	-	7.496.184	468.411	-	-	7.964.595	6.107.475	
Total						88.740.579	98.578.476	

5.2.2 Composição do valor nominal dos derivativos por indexador

Composição por indexador	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal	Valor nominal
			31.12.2019	31.12.2018
Operações com opções	39.994	414.498	4.304.067	27.479.624
Compra de opção de:	39.994	-	1.872.817	13.330.880
Compra de Dólar	39.494	-	1.648.560	3.157.922
Venda DI 1 dia	-	-	-	8.116.000
Venda de Dólar	500	-	224.257	2.056.958
Venda de opção de:	-	414.498	2.431.250	14.148.744
Compra de Dólar	-	1.571	70.878	1.207.798
Compra de Ações	-	377.592	668.722	642.864
Venda de Ações	-	5.033	8.131	5.187
Venda DI 1 dia	-	-	-	8.115.000
Venda de Dólar	-	30.302	1.683.519	4.177.895
Operações com "swap"	453.727	1.107.942	22.354.060	16.033.124
Ações x DI	47.838	196.314	2.785.809	2.525.251
Ações x PRÉ	47.367	-	513.528	691.660
Cupom de Dólar x Cupom de Dólar	175.694	-	4.373.317	1.075.410
Cupom de Dólar x DI	-	-	-	200.000
Cupom de Dólar x LIBOR	-	172.909	4.518.365	1.447.350
Cupom de Dólar x PRÉ	11.560	523	230.000	200.000
Cupom de Dólar x Selic (SCS)	-	-	3.682.315	868.690
DI x Ações	7.735	3.299	306.279	-



Composição por indexador	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal	Valor nominal
			31.12.2019	31.12.2018
DI x Cupom de Euro	-	35.252	275.748	699.042
DI x Cupom de Dólar	19.136	412.382	3.101.401	3.824.651
DI x Índice de Preço	-	226.567	700.024	751.373
DI x PRÉ	-	11.773	237.475	254.636
Índice de Preço x DI	77.424	120	159.920	303.269
PRÉ x Ações	-	47.367	513.528	843.147
PRÉ x Cupom de Euro	55.414	451	605.326	939.514
PRÉ x Cupom de Dólar	-	985	59.000	569.051
PRÉ x DI	11.559	-	292.025	840.080
Operações com futuros	-	-	44.407.698	41.235.263
Operações com futuros - Comprada	-	-	21.612.668	21.543.448
Cupom Cambial - DDI	-	-	6.147.291	13.120.285
DI	-	-	7.399.144	6.810.145
Moedas	-	-	8.066.233	1.613.018
Operações com futuros - Vendida	-	-	22.795.030	19.691.815
Cupom Cambial - DDI	-	-	2.764.021	1.549.396
DI	-	-	11.290.108	12.833.563
Moedas	-	-	8.740.901	5.308.856
Operações a termo	836.391	950.994	17.674.754	13.830.465
Operações a termo - Comprada	387.372	580.506	9.710.159	7.722.990
Moeda	63.860	268.514	9.710.159	7.722.990
Títulos Públicos	323.512	311.992	-	-
Operações a termo - Vendida	449.019	370.488	7.964.595	6.107.475
Moeda	132.633	43.579	7.964.595	6.107.475
Títulos Públicos	316.386	326.909	-	-
Total	1.330.112	2.473.434	88.740.579	98.578.476

5.2.3 Valor de margens de garantia dos instrumentos financeiros derivativos

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, efetuadas junto à B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) e de operação de câmbio efetuadas junto à "clearing" de câmbio, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no valor de R\$1.039.253 (R\$1.042.402 em 2018).

5.2.4 Instrumentos financeiros derivativos utilizados como "Hedge"

Em 31 de dezembro de 2019, o Conglomerado possuía as seguintes posições:

"Hedge" de Risco de Mercado

INSTRUMENTO			OBJETO DE "HEDGE"				
Produto	Vencimento	Valor referencial	Produto	Indexador	Valor de curva	Valor de mercado	Ajuste no resultado
DDI	02.01.2026	1.139.614	Instr. Dívida Res. 4.192	Dólar	1.085.863	1.139.686	(30.995)
DI	03.07.2023	7.315.995	CDI	Pré	7.195.324	7.316.818	(14.078)
DI	03.01.2022	448.399	Títulos - LTN	Pré-fixadas	423.050	448.475	21.379
DI	02.01.2020	25.591	Instr. Dívida - LF Res. 3.444	Pré	25.585	25.596	1.010

"Hedge" de Fluxo de Caixa

INSTRUMENTO			OBJETO DE "HEDGE"				
Produto	Vencimento	Valor referencial	Produto	Indexador	Valor de curva	Valor de mercado	Ajuste no patrimônio líquido
DI	04.01.2021	397.919	LF	Pós	389.075	398.015	4.917

A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 31 de dezembro de 2019, estava em conformidade com o estabelecido pelo BACEN e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente no resultado durante o exercício.



6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Apresentamos a seguir as informações relativas às operações de crédito, que incluem operações de crédito consignado a funcionários públicos e pensionistas vinculado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e outros entes, operações de empréstimos, CDC atrelados a cartão de crédito e adiantamentos sobre contratos de câmbio.

6.1 Composição por operação e por nível de risco

"Rating"	31.12.2019							31.12.2018
	Empréstimos e títulos descontados	Financiamento	Financiamento rural e agroindustriais	Adiantamento sobre contratos de câmbio	Títulos de créditos a receber (*)	Transações de pagamento a receber	Total	Valor contábil
AA	2.304.651	785.602	128.789	1.039.284	584.806	-	4.843.132	4.478.801
A	7.315.665	425.913	73.311	371.300	486.443	2.130.195	10.802.827	10.385.675
B	224.971	17.768	150.753	641.377	46.750	17.494	1.099.113	1.398.599
C	173.715	10.886	8.358	-	4.459	9.980	207.398	188.607
D	72.573	9.323	-	-	33	5.911	87.840	75.667
E	51.675	7.456	-	-	-	5.166	64.297	54.308
F	69.718	5.954	-	115.152	-	4.080	194.904	173.794
G	50.778	5.369	-	-	-	1.310	57.457	43.173
H	276.969	15.521	-	-	-	1.867	294.357	311.123
Total 2019	10.540.715	1.283.792	361.211	2.167.113	1.122.491	2.176.003	17.651.325	17.109.747
PDD 2019	472.244	36.448	4.412	87.193	6.286	22.245	628.828	596.037

(*) No exercício de 2019 foi cedido o montante de R\$284.188 (R\$367.254 em 2018) da carteira de Títulos de Créditos a Receber, sem retenção de riscos e benefícios.

6.1.2 Composição por setor de atividade

Descrição	31.12.2019		31.12.2018	
	R\$	%	R\$	%
Setor privado:				
Pessoa Física	10.441.225	59,15	10.374.016	60,64
Serviços	3.215.317	18,22	3.390.103	19,81
Indústria	2.281.671	12,93	1.803.418	10,54
Comércio	285.121	1,61	265.067	1,55
	16.223.334	91,91	15.832.604	92,54
Setor público:				
Governo Estadual	1.427.991	8,09	1.277.143	7,46
	1.427.991	8,09	1.277.143	7,46
Total	17.651.325	100,00	17.109.747	100,00

6.1.3 Composição por vencimento

Descrição	31.12.2019		31.12.2018	
	R\$	%	R\$	%
A vencer:				
Até 180 dias	7.652.540	43,35	7.142.884	41,74
De 181 a 360 dias	4.132.934	23,42	2.719.908	15,90
Acima de 361 dias	5.638.112	31,94	7.014.063	41,00
Vencidos:				
Até 14 dias	16.204	0,09	12.525	0,07
De 15 a 60 dias	48.761	0,28	45.910	0,27
Vencidas há mais de 60 dias	162.774	0,92	174.457	1,02
Total	17.651.325	100,00	17.109.747	100,00

6.2 Provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Saldo inicial do exercício	596.037	532.518
Constituição da provisão	820.990	781.970
Reversão da provisão	(219.245)	(209.091)
Baixa da provisão	(568.954)	(509.360)
Saldo no final do exercício	628.828	596.037
Provisão específica	531.329	523.673
Provisão prudencial	97.499	72.364

Em 2019 houve recuperação referentes a créditos anteriormente baixados contra provisão no montante de R\$21.494 (R\$29.332 em 2018) e contratos renegociados no valor de R\$4.615.439 (R\$3.535.245 em 2018). Os saldos de créditos baixados e controlados em conta de compensação montam R\$1.569.748 (R\$1.179.797 em 2018).



7. OUTROS CRÉDITOS

7.1 Outros Créditos - Carteira de Câmbio

ATIVO		31.12.2019	31.12.2018
Câmbio comprado a liquidar		7.753.864	7.728.990
Direitos sobre venda de câmbio		6.669.500	7.559.951
Adiantamentos em moeda nacional		(99)	(11.522)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	(6.1)	44.419	33.213
Total		14.467.684	15.310.632
Curto prazo		13.370.672	13.584.272
Longo prazo		1.097.012	1.726.360
PASSIVO		31.12.2019	31.12.2018
Câmbio vendido a liquidar		6.752.226	7.857.880
Obrigações por compra de câmbio		7.712.736	7.487.359
Adiantamentos sobre contratos de câmbio - exportação	(6.1)	(2.122.694)	(1.847.944)
Total		12.342.268	13.497.295
Curto prazo		11.237.611	11.771.618
Longo prazo		1.104.657	1.725.677

7.2 Outros Créditos - Diversos

Descrição		31.12.2019	31.12.2018
Crédito tributário de impostos e contribuições		887.767	859.133
Adiantamento de comissão		10.434	7.339
Valores a receber de sociedades ligadas		1.840	2.092
Antecipação de portabilidade		38.198	10.080
Pagamentos a ressarcir		192	633
Impostos e contribuições a compensar		264.653	202.050
Devedores diversos - Exterior		25.860	75.148
Devedores diversos - País		200.575	208.883
Adiantamentos diversos		7.585	11.433
Devedores por depósitos em garantia		680.344	601.557
Total		2.117.448	1.978.348
Curto prazo		679.823	715.344
Longo prazo		1.437.625	1.263.004

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

Descrição	Saldo em	Constituição	Realização	Saldo em
	01.01.2019			31.12.2019
Imposto de renda				
<i>Diferenças temporárias:</i>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	150.154	114.499	(105.267)	159.386
Ajuste a mercado de derivativos	15.981	-	(15.981)	-
Provisão "Hedge" Fluxo de Caixa	2.952	2.235	(2.952)	2.235
Provisão para riscos fiscais	128.206	5.775	(1.205)	132.776
Provisão para outros passivos contingentes	59.639	8.745	(1.005)	67.379
Provisão de avais e fianças	21.437	14.107	(5.400)	30.144
Provisão para outros passivos	47.681	34.462	(34.977)	47.166
Provisões diversas	41.791	6.635	(4.049)	44.377
Amortização Ágio	25.320	-	(20.451)	4.869
Prejuízo fiscal	31.075	-	(23.645)	7.430
	524.236	186.458	(214.932)	495.762
Contribuição social				
<i>Diferenças temporárias:</i>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	97.467	99.032	(68.990)	127.509
Ajuste a mercado de derivativos	12.783	-	(12.783)	-
Provisão "Hedge" Fluxo de Caixa	2.364	1.788	(2.364)	1.788
Provisão para riscos fiscais	76.922	30.261	(964)	106.219
Provisão para outros passivos contingentes	36.358	18.288	(737)	53.909
Provisão de avais e fianças	12.844	15.566	(4.295)	24.115
Provisão para outros passivos	35.280	29.231	(27.841)	36.670
Provisões diversas	27.541	10.415	(2.471)	35.485
Amortização Ágio	15.196	295	(12.269)	3.222
Base negativa	18.142	-	(15.054)	3.088
	334.897	204.876	(147.768)	392.005
Total 2019	859.133	391.334	(362.700)	887.767
Total 2018	853.905	440.049	(434.821)	859.133



A Administração, com base nas suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis em até dez anos para absorver os créditos tributários registrados nas Demonstrações Financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

A expectativa de realização dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2019 é:

Projeção	2020	2021	2022	2023	2024	de 2025 até 2029	Total
Créditos tributários	334.198	123.495	43.887	201.017	52.696	132.474	887.767

O valor presente dos créditos tributários, em 31 de dezembro de 2019, é estimado em R\$711.380 (R\$589.788 em 2018) utilizando-se a taxa média de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

8. INTANGÍVEL

É representado principalmente pelo intangível incorporado da Submarino Finance, no montante de R\$27.897 (R\$29.778 em 2018), decorrentes da exploração do negócio de cartões de crédito, cujos ativos incorporados são identificáveis e testados por "impairment" ao menos anualmente, bem como por outros ativos intangíveis, no total de R\$67.049 (R\$63.241 em 2018).

	31.12.2019			31.12.2018
	Custo	Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor Contábil
Ágio incorporado - Submarino Finance	35.577	(7.680)	27.897	29.778
Outros ativos intangíveis	131.319	(64.270)	67.049	63.241
Total	166.896	(71.950)	94.946	93.019

9. INVESTIMENTO EM CONTROLADA NO PAÍS

BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.

Informações relevantes sobre o investimento

	31.12.2019	31.12.2018
Patrimônio Líquido	25.015	24.780
Resultado do exercício	9.789	9.554
Participação no capital	74,38%	74,38%
Resultado da participação em controlada	7.281	7.106
Participação Societária	18.606	18.431

CERTA - Central de Registro de Títulos e Ativos S.A.

Participação Societária	674	386
-------------------------	-----	-----

Valor contábil do investimento

19.280 **18.817**

Em agosto de 2018 foram adquiridas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal representativas do capital social da companhia CERTA - Central de Registro de Títulos e Ativos S.A. No primeiro semestre de 2019 foram realizados aportes no valor total de R\$288.

10. DEPÓSITOS

Apresentamos abaixo a captação em depósitos existente em 31 de dezembro de 2019 por vencimento:

Títulos	Em quantidade de dias					Total 31.12.2019	Total 31.12.2018
	Sem vencimento	0-30	31-180	181-360	Acima de 360		
Depósito à vista	433.807	-	-	-	-	433.807	543.866
Depósito interfinanceiro	-	10.212	-	9.130	-	19.342	54.239
Depósito a prazo	-	195.260	1.252.318	1.421.708	1.305.228	4.174.514	4.729.768
Depósito em moeda estrangeira	210.463	-	-	-	-	210.463	183.122
Total	644.270	205.472	1.252.318	1.430.838	1.305.228	4.838.126	5.510.995

11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Empréstimos e repasses	7.071.498	8.317.812
Curto prazo	5.922.585	6.162.188
Longo prazo	1.148.913	2.155.624

• Obrigações em Moedas Estrangeiras - No valor de R\$4.565.042 (R\$5.115.309 em 2018) em financiamentos à importação e exportação com cartas de crédito contratadas:

i) Empresas do Grupo BNP Paribas, localizadas em Nova York e Paris, todos vencíveis até 15 de fevereiro de 2023 com encargos financeiros que variam de 0,34% a.a. a 2,77% a.a. (2,41% a.a. a 3,07% a.a. em 2018), além da respectiva variação cambial;



- Em 31 de dezembro de 2019 o Conglomerado Prudencial não possuía posição em BNDES (R\$381 em 2018).
- Operações de Repasses do País FINAME - No valor de R\$3.143 (R\$5.261 em 2018) com encargos financeiros que variam de 5,70% a.a a 8,00% a.a. para 2019 e 2018, vencíveis até 16 de agosto de 2021.
- Operações de Repasses do País FUNCAFE - No valor de R\$132.214 (R\$106.072 em 2018) com encargos que variam de 3,99% a.a. a 6,75% a.a. (1,50% a.a. a 6,75% a.a. em 2018), vencíveis até 20 de agosto de 2021.
- Repasses do Exterior - Empresas do Grupo BNP Paribas, localizadas em Nova York e Paris, no valor de R\$2.371.099 (R\$3.090.789 em 2018), com encargos financeiros de 1,91% a.a. a 6,80% a.a. (2,54% a.a. a 6,80% a.a. em 2018), vencíveis até 23 de outubro de 2024.

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

12.1 Composição de Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	28.617	2.590
Impostos e contribuições a recolher	29.752	66.275
Provisão para impostos e contribuições diferidos (*)	256.022	173.157
Total	314.391	242.022
Curto prazo	308.984	237.561
Longo prazo	5.407	4.461

(*) Provisão para impostos e contribuições diferidos está relacionada principalmente com o ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$250.531 (R\$168.023 em 2018), tendo como contrapartida R\$7.327 no patrimônio líquido (R\$12.022 em 2018) e no resultado R\$75.181 (R\$90.162 em 2018).

12.2 Composição de Outras Obrigações - Dívida Subordinada

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Dívida subordinada - Resolução CMN nº 3.444/07	25.386	23.546
Dívida subordinada - Resolução CMN nº 4.192/13	1.078.386	1.007.708
Total	1.103.772	1.031.254
Curto prazo	62.574	35.701
Longo prazo	1.041.198	995.553

A dívida subordinada pela Resolução CMN nº 4.192/13 está representada por recurso captado via contrato de empréstimo no valor de US\$175 milhões e US\$70 milhões equivalentes a R\$746.018 e R\$332.369 (R\$698.837 e R\$308.871 em 2018), já acrescido dos juros incorridos até 31 de dezembro de 2019 com juros de 5,27% a.a. e 6,89% a.a., vencíveis até janeiro de 2023 e 2026, respectivamente.

A dívida subordinada pela Resolução CMN nº 3.444/07 está representada pela emissão de letras financeiras no valor de R\$25.385 (R\$23.546 em 2018), vencíveis até fevereiro de 2020, com juros pré-fixados de 12,70% a.a.

12.3 Composição de Outras Obrigações - Diversas

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Valores a pagar à sociedade ligada	51.526	36.110
Provisão de despesas de pessoal	173.820	176.007
Provisão para perdas com avais e fianças	120.578	85.748
Provisão para passivos contingentes cíveis	179.448	158.759
Provisão para contingências fiscais (*)	554.564	535.538
Provisão para contingência trabalhista	89.869	79.599
Valores a serem liberados aos conveniados	78.222	79.031
Provisão para despesas administrativas	95.000	115.457
Outras	26.400	19.408
Total	1.369.427	1.285.657
Curto prazo	455.577	428.262
Longo prazo	913.850	857.395

(*) Em 31 de dezembro de 2019 a provisão para riscos fiscais é composta basicamente da provisão para pagamento da COFINS e do PIS, no valor de R\$374.412 (R\$356.351 em 2018) e R\$60.581 (R\$57.615 em 2018), respectivamente, em que o Conglomerado discute judicialmente a ampliação da base de cálculo estabelecida pelo Parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, respectivamente e de provisão de R\$119.374 (R\$105.815 em 2018) referente ao ISS sobre operações de fianças, avais, câmbio e crédito.

Baseada nas opiniões de nossos consultores jurídicos, a Administração mantém registradas provisões para passivos contingentes em montante considerado suficiente para fazer face aos riscos decorrentes dos desfechos destes processos.



12.3.1 Movimentação dos passivos contingentes

<u>Descrição</u>	<u>Fiscais</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial em 31.12.2018	535.538	158.759	79.599	773.896
Constituição	892	46.071	17.546	64.509
Reversão/pagamento	(4.819)	(27.823)	(7.276)	(39.918)
Atualização monetária	22.953	2.441	-	25.394
Saldo em 31.12.2019	554.564	179.448	89.869	823.881
Saldo em 31.12.2018	535.538	158.759	79.599	773.896

Os passivos contingentes classificados como perda possível e remota não são reconhecidas contabilmente e estão representados por processo de natureza cível, trabalhista e fiscal. Em 31 de dezembro de 2019, os riscos considerados como perda possível referem-se a trabalhista de R\$11.087 e fiscais de R\$677.721 (R\$528.368 em 2018).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1 Capital social

O capital social é representado por ações ordinárias sem valor nominal, totalmente integralizadas, como segue:

<u>Empresas</u>	<u>Quantidade de ações</u>
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	236.432
Banco Cetelem S.A.	905.165.792

Reconciliação do Patrimônio e do lucro líquido do Conglomerado Prudencial e do Banco BNP Paribas Brasil S.A.

	<u>Total 31.12.2019</u>			<u>Total 31.12.2018</u>
	<u>Banco BNP Paribas Brasil S.A.</u>	<u>Banco Cetelem S.A.</u>	<u>Conglomerado Prudencial</u>	<u>Conglomerado Prudencial</u>
Patrimônio Líquido	2.831.611	1.546.572	4.378.183	3.494.268
Resultado do exercício	170.879	179.458	350.337	358.562

13.2 Destinação do resultado

Conforme definido no Estatuto Social do Banco, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos sobre o lucro líquido ajustado conforme disposto no artigo nº 202 da Lei das Sociedades por Ações.

<u>Empresas</u>	<u>Dividendos mínimo obrigatório</u>
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	5%
Banco Cetelem S.A. (*)	1%

(*) Os acionistas renunciaram aos dividendos mínimos de 1% conforme ata de 29 de novembro de 2019.

Do lucro líquido apurado no final no exercício, 5% são destinados para a constituição da Reserva Legal.

O Líder do Conglomerado auferiu lucro no exercício no montante de R\$170.879 (R\$277.327 em 2018) que por deliberação dos acionistas controladores foi destinado da seguinte forma: R\$8.544 a título de Reserva Legal conforme Estatuto Social (R\$13.867 em 2018), R\$153.791 para Reserva Estatutária (R\$123.460 em 2018) e R\$8.544 a títulos de dividendos. E Juros sobre Capital Próprio R\$140.000 em 2018.

A empresa com participação de não controlador auferiu lucro no exercício no montante de R\$179.458 (R\$81.235 em 2018) distribuído da seguinte forma: R\$8.973 a título de Reserva Legal (R\$ 4.062 em 2018) e R\$170.485 a título de Reserva de Lucros (R\$77.173 em 2018).

13.3 Aumento de capital

Conforme AGEs - Ata da Assembléia Geral Extraordinária datadas de 15 de março de 2019 e de 28 de março de 2019, os acionistas do Banco BNP Paribas Brasil S.A., aprovaram o aumento do capital da Sociedade em moeda corrente nacional, no valor de R\$516.540 passando de R\$1.238.066 para R\$1.754.606, alterando o número atual de ações representativas do capital social de 166.829 para 236.432, cuja aprovação do Banco Central do Brasil - BACEN ocorreu em 24 de abril de 2019.

13.4 Dividendos

Em AGE de 24 de maio de 2018 foi decidido distribuir R\$109.733 da Reserva de Lucros a título de dividendos a seus acionistas referente a resultado de exercícios anteriores.

14. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas são compostas basicamente:

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Despesa de serviço do sistema financeiro	88.180	151.819
Despesa de processamento de dados	111.673	109.612
Despesa de serviço de terceiro	40.388	44.669
Despesa de aluguéis	16.450	27.496
Despesa de serviço técnico especializado	250.356	451.621
Outras	216.378	196.375
Total	723.425	981.592



15. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

As despesas tributárias são compostas basicamente:

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Despesa de contribuição à COFINS	105.278	108.101
Despesas de ISS	18.390	18.278
Despesa de contribuição ao PIS	17.127	17.586
Outras	5.725	4.467
Total	146.520	148.432

16. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

16.1 Outras receitas operacionais

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Reversão de provisões de fianças prestadas	-	3.370
Receitas sobre pré pagamentos em operações de crédito	59.467	69.045
Variação cambial	873	697
Receitas - multas por atraso	24.489	23.151
Constituição e variação monetária sobre crédito fiscal	7.151	13.097
Variação monetária de depósitos judiciais/impostos a compensar	24.025	22.071
Ajuste a valor de mercado	914	3.849
Recuperação de encargos e despesas	19.122	1.669
Ressarcimento de custos operacionais	31.985	34.739
Outras	10.159	2.839
Total	178.185	174.527

16.2 Outras despesas operacionais

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Constituição e atualização em impostos e depósitos judiciais	22.953	26.142
Perdas com ações e indenizações cíveis e trabalhistas	126.017	111.803
Descontos concedidos em renegociações	33.829	30.955
Convênios	46.147	44.465
Despesas operacionais com parceiros comerciais	36.753	35.625
Amortização de despesas antecipadas com parceiros-contratos	6.281	5.246
Provisão para perdas e fianças prestadas	34.830	7.026
Ajuste a valor de mercado	-	50.520
Serviços de abastecimento de caixas eletrônicos	2.192	2.045
Ressarcimento de custos operacionais	18.963	11.873
Provisão para perdas operacionais	36.552	57.898
Recompras não averbada	5.330	117
Outras	58.126	26.292
Variação cambial	441	21.135
Total	428.414	431.142

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações	587.411	575.455
(-) Participação dos empregados no lucro	(104.616)	(107.077)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	482.795	468.378
(-) Juros sobre capital próprio	-	(140.000)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	482.795	328.378
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (*)	(193.118)	(147.770)
Ajustes decorrentes da legislação fiscal :		
Exclusões (adições) permanentes		
Resultado de equivalência patrimonial	2.912	3.198
Notas Soberanas	14.829	21.430
Efeito da majoração de alíquota CSLL	65.014	741
Receitas não tributáveis/Despesas ineditáveis, doações e incentivos (*)	(22.095)	12.585
Total	(132.458)	(109.816)

(*) Inclui o efeito da elevação da alíquota da Contribuição Social conforme nota 3n.



18. OUTRAS INFORMAÇÕES

18.1 Compromissos, garantias e outras responsabilidades

O Conglomerado, observando suas diretrizes de gerenciamento de riscos e considerando a conjuntura econômica atual e os riscos específicos de tais operações, constituiu provisão para perdas no montante conforme quadro abaixo e estão registradas em Outras Obrigações - Diversas (vide nota 12.3).

"Rating"	Garantia Prestada							
	Fiança Bancária	"Performance bond"	Fiança de processos em juízo	"Advance payment bond"	Adiantamento de contrato	Pagamento de aluguel	"Bid bond"	Total
AA	1.935.965	2.536.067	2.205.443	59.511	172.140	93.529	70.285	7.072.940
A	551.451	186.907	68.180	-	35.073	3.837	-	845.448
B	941.057	679.933	94.654	-	14.132	21.787	24.900	1.776.463
C	30.029	-	17.354	-	-	-	-	47.383
D	158.515	-	35.183	-	-	-	-	193.698
F	-	-	289	-	-	-	-	289
H	19.529	-	-	-	-	-	-	19.529
Total 31.12.2019	3.636.546	3.402.907	2.421.103	59.511	221.345	119.153	95.185	9.955.750
PDD	80.801	21.170	16.135	146	965	692	669	120.578
Total 31.12.2018	3.020.659	1.858.602	1.501.700	39.544	516.939	116.047	309	7.053.800
PDD	57.114	7.360	10.542	6.773	3.650	307	2	85.748

18.2 Administração de recursos de terceiros

O Conglomerado administra recursos de terceiros por meio de fundos de investimento e de carteiras administradas. O montante de recursos administrados totaliza R\$90.737.561 (R\$71.170.083 em 2018).

18.3 Operações vinculadas

Em dezembro de 2019 as operações de crédito amparadas pela Resolução nº 2.921/02 e normas posteriores estavam representadas por:

Descrição	31.12.2019						31.12.2018
	Ativo		Passivo		Receita (Despesa)		Ativo/(Passivo)
					Variação cambial	Juros	
Operação de crédito - Empréstimo	1.427.603	-	-	30.288	55.217	96.134	1.372.386
Operação de crédito - Consignado	98.292	-	-	-	-	516	-
Empréstimos no exterior	-	1.432.365	30.288	-	(55.401)	(95.741)	(1.376.964)
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	98.292	-	-	-	(516)	-

18.4 Transações com partes relacionadas

18.4.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração atribuída à Diretoria no exercício representa benefícios de curto prazo de R\$26.063 (R\$24.899 em 2018), benefícios de longo prazo de R\$11.067 (R\$5.276 em 2018). Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou remuneração em ações.

18.4.2 Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento a deliberação nº 642/2010 da Comissão de Valores Mobiliário - CVM e Resolução nº 3.750/2009 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado.

As transações com partes relacionadas nas empresas do Conglomerado estão demonstradas, conforme quadro a seguir:

Descrição	31.12.2019				31.12.2018			
	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Aplicações em moedas estrangeiras	112.263	(17.388)	660.972	(37.285)				
BNP Paribas - Paris	112.172	(17.504)	660.976	(39.233)				
Grupo BNP Paribas	91	116	(4)	1.948				
Aplicações/Obrigações em operações compromissadas	(106.651)	(23.854)	(457.843)	(31.342)				
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	(374)	(149)	(2.324)	(97)				
Grupo BNP Paribas	(106.277)	(23.705)	(455.519)	(31.245)				
Carteira de câmbio	(65.928)	(173.545)	(109.238)	413.607				
BNP Paribas - Paris	(59.591)	(179.537)	(110.710)	411.590				
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	4	97	-	152				
Grupo Arval	(11.345)	119	3	40				
Grupo BNP Paribas	5.003	3.528	1.469	774				
Grupo CARDIF	-	2.241	-	1.046				
Grupo Cetelem	1	7	-	5				



Descrição		31.12.2019		31.12.2018	
		Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Depósitos a prazo		(83.203)	(6.278)	(118.690)	(5.419)
Grupo Arval	Parte Relacionada	(27.669)	(3.273)	(66.885)	(2.426)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(856)	(48)	(831)	(48)
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	(54.678)	(2.957)	(50.974)	(2.945)
Depósitos a vista		(48.872)	-	(48.025)	-
BNP Paribas - Paris	Controladora	(3)	-	(6)	-
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	(63)	-	(81)	-
Grupo Arval	Parte Relacionada	(689)	-	(460)	-
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(48.042)	-	(47.414)	-
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	(67)	-	(59)	-
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	(8)	-	(5)	-
Derivativos a Receber/(a Pagar)		(100.972)	(342.210)	(400.938)	(491.959)
BNP Paribas - Paris	Controladora	-	-	-	45
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(100.972)	(342.210)	(400.938)	(492.004)
Devedores/Credores diversos		21.278	60.089	82.292	115.958
BNP Paribas - Paris	Controladora	16.688	17.068	73.313	74.460
Grupo Arval	Parte Relacionada	798	646	729	729
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	1.881	8.577	551	550
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	1.794	33.540	5.580	34.209
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	117	258	2.119	6.010
Disponibilidade em moeda estrangeira		93.972	19.537	2.278.819	1
BNP Paribas - Paris	Controladora	51.346	9.175	2.272.116	-
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	42.626	10.362	6.703	1
Investimento em controlada no País		18.606	-	18.431	-
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	18.606	-	18.431	-
Obrigações por empréstimos e repasses		(6.936.140)	(388.141)	(8.205.854)	(1.051.434)
BNP Paribas - Paris	Controladora	(5.293.345)	(220.345)	(6.729.939)	(779.514)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(1.642.795)	(167.796)	(1.475.915)	(271.920)
Ordem de Pagamento moeda estrangeira		(1.357)	115	(3.010)	(54)
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	(841)	(2)	(1)	25
Grupo Arval	Parte Relacionada	(219)	114	(3.009)	(78)
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	-	-	-	(1)
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	(297)	3	-	-
Outras obrigações - Dívida Subordinada		(1.078.386)	(123.262)	(1.007.708)	(184.451)
BNP Paribas - Paris	Controladora	(332.368)	(41.380)	(308.871)	(57.529)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(746.018)	(81.882)	(698.837)	(126.922)
Outras obrigações - Valores a pagar sociedade ligadas		(51.526)	(57.456)	(36.110)	(55.859)
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	(3.188)	-	(1.761)	-
Grupo Arval	Parte Relacionada	-	(516)	-	(662)
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	(2.780)	-	(3.143)	-
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	(45.558)	(56.940)	(31.206)	(55.197)
Resultado de Corretagem		-	6.985	-	18.123
BNP Paribas - Paris	Controladora	-	(64)	-	-
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	-	7.129	-	18.123
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	-	(80)	-	-



19. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Banco BNP Paribas Brasil S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial BNP Paribas, observa os princípios estabelecidos na Resolução nº 4.557, publicada pelo Banco Central do Brasil em 23 de fevereiro de 2017, que aprimora, amplia e consolida as regras e procedimentos para Gestão de Riscos e de Capital.

19.1. Risco de Crédito

Risco de Crédito é definido como: a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização em instrumento financeiro decorrente da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; a reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. No Banco BNP Paribas, o risco de crédito é monitorado por duas áreas globais de gerenciamento de risco de crédito: RISK Corporate para clientes corporativos, e RISK Institutionals & Security Services ("RISK I2S") para clientes institucionais. Essas áreas atuam de acordo com as políticas e procedimentos globais de crédito do Grupo BNP Paribas. O relatório completo sobre a gestão do risco de crédito está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

19.2. Risco Operacional

Risco Operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, bem como eventos externos. O BNPP optou por utilizar a metodologia de abordagem básica (BIA - Basic Indicator Approach) para alocação de capital regulatório para fins de riscos operacionais. A área responsável pelo monitoramento do risco operacional globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK ORC (Operational Risk Control), que é responsável por avaliar a interpretação e a implantação de normas do Grupo e normativos locais, bem como pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de mercado monitorados no Comitê de Riscos. O relatório completo sobre a gestão do risco operacional está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

19.3. Risco de Mercado

O Risco de Mercado pode ser definido como a variação no valor dos ativos financeiros que possam gerar perdas para instituição decorrentes da variação de parâmetros de mercado tais como cotações de câmbio, ações, commodities, taxas de juros e indexadores como os de inflação por exemplo. A área responsável pelo monitoramento do risco de mercado globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK Global Markets (RISK GM) que é responsável por opinar na interpretação e na implantação de exigências oriundas de regulações e normativos locais relacionados a risco de mercado e pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de mercado monitorados no Comitê de Riscos. Essa organização reforça a independência da área de monitoramento de risco em relação às linhas de negócio. O relatório completo sobre a gestão do risco de mercado está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

19.4. Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O gerenciamento da liquidez é feito pelo Comitê de Ativos e Obrigações (Assets and Liabilities Committee), denominado ALCO. A área responsável pelo monitoramento do risco de liquidez globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK ALMT que é a área responsável por opinar na interpretação e na implantação de exigências oriundas de regulações e normativos locais relacionados a risco de liquidez e pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de liquidez monitorados no Comitê de Riscos. O relatório completo sobre a gestão do risco de liquidez está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

19.5. Outros Riscos Relevantes

Também são considerados riscos relevantes: risco de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (banking book), definido como risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição para os instrumentos classificados na carteira bancária; risco socioambiental, definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais; e risco de compliance. Os riscos considerados como relevantes são identificados, mensurados, avaliados, monitorados, reportados, controlados e mitigados. O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

20. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Comitê de Monitoramento de Capital (CMC) tem a missão de auxiliar as Diretorias das entidades do Conglomerado Prudencial no cumprimento de suas responsabilidades de gerenciamento de capital. O CMC é coordenado pela área de Finance do Banco BNPP, entidade líder do Conglomerado. O CMC mantém políticas e procedimentos que buscam observar as melhores práticas de Governança Corporativa e atuar em conformidade com as determinações estabelecidas pelos órgãos regulatórios. A estrutura de gerenciamento de capital abrange os impactos no capital individual das entidades e do Conglomerado Prudencial como um todo. O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 14.02.2020 o Banco Cetelem firmou contrato de cessão de direitos creditórios sem coobrigação e sem retenção substancial de riscos e benefícios nos termos da Resolução nº 3.533/08 no montante aproximado de R\$3.100.000.

CONTADOR

Marcelo Marques Sellan - CRC 1SP213451/0-8



São Paulo

Av. Pres. Juscelino Kubitscheck, 1909, 10º andar
Torre Sul - São Paulo - SP - CEP 04543-906
+55 11 3841 3100
+55 11 2360 3100

Rio de Janeiro

Av. Borges de Medeiros, 633 - Sala 405 - 4º andar
Rio de Janeiro - RJ - CEP 22430-041
+55 21 3094 8200
+55 21 3094 8231

Minas Gerais

Rua Antonio de Albuquerque, 271 - 15º andar
Belo Horizonte - MG - CEP 30112-010
+55 31 3254 1250
+55 31 3254 1260

Paraná

Rua Carneiro Lobo, 468 - 2º andar
Curitiba - PR - CEP 80240-240
+55 41 3099 7250
+55 41 3099 7260

**BNP PARIBAS**

O banco
para um mundo
em mudança